



Maior leilão do pré-sal tem sete dos 13 blocos arrematados

Arquivo/André Ribeiro/Agência Petrobras



O maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-Sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. A disputa organizada pela ANP permitiu ao governo arrecadar R\$ 530 milhões em bônus de assinatura. Se todos os blocos tivessem sido contratados, o valor somaria R\$ 1,24 bilhão.

► PÁGINA 2

Ciência

Inflammaging

A inflamação que pode estar por trás do envelhecimento

► PÁGINA 4

Direito

A Caixa-Preta das Repartições

► PÁGINA 5

Saúde

Entre a Hipertensão e a Hipotensão

► PÁGINA 3

Tecnologia

Troque a senha do Wi-Fi em casa

► PÁGINA 6

Em 1º discurso como governador eleito, Ruas defende união entre os Poderes

► PÁGINA 8

Alerj aprova projeto que cria o Programa Jovem Doador nas escolas

Arquivo/Alerj



► PÁGINA 5

Maricá avança na formação gratuita de pilotos e mecânicos de aeronaves

Hanna Velasco/Maricá



► PÁGINA 6

Rio de Janeiro ganha três novas praias com selo Bandeira Azul

► PÁGINA 8

Auditoria aponta desvios de R\$ 400 milhões na Cedae Saúde

► PÁGINA 3

Câmara de Caxias homenageia policiais militares

► PÁGINA 4

Art Video/Victor Hugo



Maior leilão de áreas de exploração do pré-sal termina com sete dos 13 blocos arrematados

Governo vai arrecadar R\$ 530 milhões em bônus de assinatura

O maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-Sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. O 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção foi realizado na manhã da quarta-feira (7).

A disputa organizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na sede da instituição, no Centro do Rio de Janeiro, permitiu ao governo arrecadar R\$ 530 milhões em bônus de assinatura. Se todos os blocos tivessem sido contratados, o valor somaria R\$ 1,24 bilhão.

Esse foi o leilão do pré-sal com mais blocos arrematados. O anterior (3º Ciclo, em 2025), teve cinco áreas licitadas. Com o resultado, a área exploratória sob regime de partilha aumenta 58%, alcançando 39,2 mil km², o equivalente a cerca de 90% do território do estado do Rio de Janeiro (43,8 mil km²).

Havia 19 companhias habilitadas, mas apenas seis apresentaram propostas, sendo quatro estrangeiras. Não houve disputa, ou seja, em todos os sete blocos arrematados, apenas uma competidora ofereceu lance.

As maiores vencedoras foram as brasileiras Petrobras e Prio (antiga PetroRio), cada uma com dois blocos. A norueguesa Equinor também levou duas áreas, uma delas em consórcio com a portuguesa Galp.

Para explorar os blocos, todos localizados nas bacias de Santos e Campos, na costa do Sudeste, as petroleiras se comprometeram a fazer investimentos mínimos na ordem de R\$ 778,4 milhões.

MODELO DE PARTILHA

Assim como os bônus de assinatura, os investimentos mínimos são previstos no edital da ANP, agência reguladora do setor de óleo e gás no país, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Além de aval do MME, as áreas exploratórias levadas ao leilão receberam sinal verde também do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

No leilão do modelo de partilha, vence a empresa que oferecer à União a maior parcela de óleo excedente — a produção que sobra após pagamento dos custos. O acordo funciona como uma forma de repartição do lucro com o Estado brasileiro.

O edital prevê um valor



Tomaz Silva/Agência Brasil

mínimo para cada bloco. A disputa tem caráter sigiloso na apresentação das ofertas, ou seja, as empresas não ficam sabendo previamente qual é o percentual de excedente em óleo que as concorrentes estão oferecendo e em quais áreas farão oferta.

Dessa forma, mesmo não tendo havido disputa nos blocos, todos foram arrematados com ágio, que variou de 8% a quase 495%. O ágio médio foi de 108,38%.

Estavam em oferta cinco áreas na Bacia de Campos (Magnetita, Turmalina, Hematita, Larimar e Azurita) e oito na Bacia de Santos (Jade, Aragonita, Cruzeiro do Sul, Opala, Granada, Cerussita, Rubi e Rodocrosita):

MAGNETITA
Vencedora: Prio
Óleo excedente: 32,80%
Ágio: 132,79%

HEMATITA
Vencedora: Prio
Óleo excedente: 7,18%
Ágio: 315,03%

AZURITA
Vencedora: Petrobras
Óleo excedente: 30%
Ágio: 139,81%

JADE
Vencedoras: chinesas CNOOC (70% do consórcio) e Sinopec (30%).
Óleo excedente: 18,20%
Ágio: 65,76%

CRUZEIRO DO SUL
Vencedora: Petrobras
Óleo excedente: 15,27%
Ágio: 8,07%

RUBI
Vencedora: norueguesa Equinor
Óleo excedente: 25,02%
Ágio: 91,72%

RODOCROSITA
Vencedoras: norueguesa Equinor (70% do consórcio) e portuguesa Galp (30%)

Óleo excedente: 15,52%
Ágio: 494,64%

As empresas vencedoras precisam, a partir de agora, seguir as demais etapas previstas no cronograma, como apresentação de documentos e pagamento do bônus de assinatura, para, então, serem assinados os contratos, o que está previsto para 26 de fevereiro de 2027.

Não foram arrematados os blocos Turmalina, Larimar, Aragonita, Opala, Granada e Cerussita. Eles ficam na "prateleira" da próxima rodada de licitação.

PRÉ-SAL

O pré-sal fica sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade. Atualmente, é a principal área de produção no país. Em setembro, por exemplo, respondeu por 82,6% do

petróleo e gás brasileiros.

Conforme declarou antes do início do leilão o diretor-geral da ANP, Artur Watt Neto, o pré-sal continua sendo "uma das mais relevantes fronteiras exploratórias do mundo".

"Temos que continuar trabalhando para ofertar blocos vizinhos às oportunidades identificadas", disse ele, que se refere ao pré-sal como "grande riqueza que o país tem".

REAÇÕES

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), um centro de estudos vinculado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), entidade privada que reúne empresas do setor, enxergam nos leilões uma forma

de dinamizar a indústria do petróleo, gerando emprego e renda, além de avanço para a segurança energética do país.

Por outro lado, ativistas ambientais veem os leilões com preocupação. O Instituto Arayara, organização não governamental dedicada a questões socioambientais, chegou a entrar com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal pedindo a não realização do leilão.

A organização alega que há sobreposições das áreas em disputa com territórios indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária, áreas de conservação e regiões de pesca artesanal.

Desde antes do início do leilão de partilha, manifestantes fazem protestos em frente à sede da ANP.

NOVAS ÁREAS

No início do leilão de partilha, o secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Renato Dutra, afirmou que o petróleo é um fator que concede vantagem ao Brasil no cenário internacional.

Ele acrescentou que o MME trabalha em conjunto com o MMA para aumentar a oferta de blocos exploratórios para "preservar a segurança energética nacional".

Segundo ele, nos próximos meses, o governo deve colocar à disposição mais de 50 blocos exploratórios na Bacia de Pelotas, litoral Sul do país. A área também é vista como promissora por ter características geológicas semelhantes à costa africana, onde há produção de petróleo.

"É UM PRÓXIMO PASSO"

Ele reafirmou o interesse do governo na exploração conhecida como "não convencional", o fraturamento hidráulico (fracking, em inglês).

Essa técnica utiliza injeção sob alta pressão de uma mistura de água, areia e aditivos químicos para provocar fraturas nas formações rochosas e permitir a extração dos combustíveis fósseis.

A proposta encontra resistência de ambientalistas e é tema de processo que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). (Agência Brasil)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação dos Amigos do CRPH convoca todos os associados e interessados à Assembleia de composição de sua nova diretoria para o triênio 2027-2030 e outras alterações necessárias em seu estatuto social, a ser realizada no dia 31/10/2026, com primeira convocação às 9:30 e segunda convocação às 10h, na sede do Museu da Casa do Administrador à Avenida Leonel Brizola, 9422, São Bento, Duque de Caxias, RJ.

Paulo Pedro da Silva
Presidente

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Esta edição de nº 541, primeira quinzena de outubro de 2026, circulou em 15/10/2026

Associado à AdjorirRJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior



www.jornalcapital.com.br



Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Ana Clara Cunha - Carlos Valente
Gilmara Rodrigues do Nascimento - Roberto Daiub

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores

Carlos Gil de Souza - Diretor Presidente

Auditoria aponta desvios de R\$ 400 milhões na Cedae Saúde

Investigação mostra pagamento de R\$ 95 milhões para empresas de offshore ligada ao ex-presidente da entidade nas Ilhas Virgens Britânicas. Documentos serão entregues ao Ministério Público



Tomaz Silva/Agência Brasil

O Governo do Estado identificou, por meio de auditoria, indícios de desvios superiores a R\$ 400 milhões na Caixa de Assistência dos Empregados da Cedae (Cedae Saúde). O levantamento, realizado pela Grant Thornton, com acompanhamento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da Cedae, apontou possíveis irregularidades no pagamento por serviços e suspeita de favorecimento de empresas ligadas à antiga direção da entidade. O relatório será encaminhado ao Ministério Público para aprofundamento da apuração dos fatos e adoção de medidas judiciais.

A Cedae Saúde é uma empresa criada em 1988, que gerencia a assistência de saúde de funcionários ativos, dependentes, aposentados e pensionistas, totalizando 17 mil beneficiados. A entidade é fundamental para os funcionários da companhia, oferecendo serviços como Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho, distribuição de remédios de uso contínuo, exames periódicos e admissional. A auditoria atende ao Decreto 50.254/26, do governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, que determinou a revisão de todos os contratos firmados

por secretarias, autarquias e empresas públicas.

O levantamento começou após a exoneração do então presidente da Cedae Saúde, Eric Frederik Gualberto, em 23 de junho de 2026. Ao assumir, a nova diretoria da entidade constatou que os arquivos com nomes de fornecedores e a contabilidade de dezembro de 2023 a abril de 2026 foram apagados. Os auditores, entretanto, conseguiram recuperar os dados, que apontaram indícios de favorecimento de empresas ligadas à antiga administração. A investigação revelou que quatro empresas que fazem parte de uma offsho-

re ligada a Eric nas Ilhas Virgens Britânicas receberam R\$ 95 milhões durante sua gestão na Cedae Saúde.

A Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da antiga gestão Cedae fazia repasses mensais para o funcionamento da Cedae Saúde. Entretanto a gestão atual constatou que os valores para o custeio da entidade eram muito acima do necessário. O repasse era, em média, R\$ 20 milhões por mês para a Cedae Saúde. Atualmente, o valor gira em torno de R\$ 6 milhões, uma redução de 70%. O relatório da auditoria está publicado no SEI-150017/009333/2026.



Coluna
Saúde
Roberto Daiub

Entre a Hipertensão e a Hipotensão

Qual é o equilíbrio?

A pressão arterial é o motor silencioso que garante a circulação do sangue e a chegada de oxigênio a todos os órgãos. Quando esse sistema sai do tom, o corpo dá sinais: de um lado está a hipertensão (pressão alta), e do outro, a hipotensão (pressão baixa). Mas afinal, onde fica o ponto de equilíbrio para a saúde?

A hipertensão ocorre quando a força do sangue contra as paredes das artérias permanece continuamente elevada. Trata-se de um vilão silencioso, pois raramente apresenta sintomas nas fases iniciais, mas aumenta significativamente o risco de infartos, acidentes vasculares cerebrais (AVC) e insuficiência renal. Por outro lado, a hipotensão é a queda excessiva da pressão arterial, provocando tonturas, visão turva, fraqueza e até desmaios devido à redução do fluxo sanguíneo no cérebro.

O tão buscado equilíbrio cardiovascular encontra-se na faixa ideal em que os órgãos funcionam sem sobrecarga e sem escassez. Atualmente, os critérios médicos consideram a pressão verdadeiramente ideal aquela que se mantém abaixo de 12 por 8 (120/80 mmHg). O tradicional "12 por 8" passou a ser enquadrado como limite de pré-hipertensão, servindo de sinal de alerta para a adoção de hábitos mais saudáveis.

Manter a pressão na medida certa exige escolhas diárias: alimentação equilibrada com menor teor de sódio, prática regular de exercícios físicos, boa hidratação, manejo do estresse e noites de sono reparadoras. O monitoramento periódico e o acompanhamento médico continuam sendo as ferramentas mais seguras para prevenir extremos e garantir a longevidade com qualidade.

Cardiologista
Diretor clínico da Encor Clínica Médica e Odontológica
Médico da UNIFESO
Médico concursado da Prefeitura municipal de Duque de Caxias



(21) 2633-1723
98483-5834
clinicaencor.wordpress.com



mais artigos



Nove contêineres com produtos da China são apreendidos no Porto do Rio

Operação Play Fake apreendeu 135 toneladas de mercadorias

Em duas operações no Porto do Rio de Janeiro, a Receita Federal apreendeu nove contêineres com mercadorias irregulares provenientes da China, no âmbito da Operação Play Fake. São 135 toneladas, equivalentes a R\$ 63 milhões em mercadorias ocultas em contêineres.

Na primeira fase, iniciada em setembro, foram retidos cinco contêineres, com mercadorias avaliadas em R\$ 35 milhões. A ação teve origem em análise de risco que identificou inconsistências nas informações declaradas na importação dos produtos chineses.

Na fase seguinte, concluída neste mês, a fiscalização identificou mais

quatro contêineres, com valor estimado de R\$ 28 milhões, que apresentavam o mesmo padrão observado na fase anterior.

De acordo com a Receita Federal, os contêineres traziam declarações de mercadorias de baixo valor agregado. Na conferência física, os fiscais verificaram que os produtos declarados ocupavam apenas a parte frontal das cargas. Ao fundo, estavam ocultas mercadorias "com indícios de fraude aduaneira, como brinquedos, pelúcias, bonecos colecionáveis, cartas de jogos, canetas e outros itens associados a franquias conhecidas".

As equipes também identificaram indícios de falsificação de produtos

protegidos por direitos de propriedade intelectual e brinquedos sem a certificação obrigatória do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), o que impede sua comercialização regular no Brasil.

ORIENTAÇÃO

Com a proximidade do Dia das Crianças, a Receita Federal orienta os consumidores a verificarem a procedência dos brinquedos antes da compra. Produtos vendidos no país devem exibir o selo de certificação do Inmetro. Mercadorias sem o selo não passam pela avaliação de segurança exigida. (Agência Brasil)



CLINICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA



Especialidades

CARDIOLOGIA
Adulto e Pediátrica
CLÍNICA MÉDICA
ANGIOLOGIA
Tratamento de Varizes
ORTOPEDIA
NUTRIÇÃO
CIRURGIA GERAL
VIDEOLAPAROSCÓPICA
UROLOGIA
NEFROLOGIA

Exames Complementares

Eletrocardiograma Digital
Check Up
Risco Cirúrgico
Mapa 24h
Holter 24h
Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6
Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116
Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

EXAMES MÉDICOS

EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia

Clínica Geral
Ortodontia
Endodontia
Periodontia
Odontopediatria
Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
Prevenção
Implantes
Carga imediata
Enxertos ósseos
Próteses convencionais
Tratamento p/ Hipertensão
Tratamento p/ Diabético
Tratamento c/ monitoramento

Estética

Harmonização Facial
Botox e Preenchimento
Bichectomia

Consultas com preços acessíveis.
Aceitamos todos os cartões.

Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834
Marque sua consulta pelo Whatsapp

Câmara de Duque de Caxias homenageia policiais militares

Solenidade idealizada pelo presidente do Legislativo, vereador Claudio Thomaz, entregou títulos e moções a agentes de segurança pública do Estado do Rio



Art Video/Victor Hugo

A Câmara Municipal de Duque de Caxias promoveu uma solenidade especial na quarta-feira (07) para homenagear policiais militares e agentes de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia, que reuniu militares de diversas patentes e seus familiares, teve como objetivo reconhecer e exaltar a dedicação, a coragem e o empenho dos profissionais que atuam na proteção da sociedade.

O evento foi presidido pelo vereador Claudio Thomaz (PRD) e contou com a presença dos vereadores Vitinho Grandão (PL) e Marquinho Dentista (Republicanos).

RECONHECIMENTO

Um dos grandes destaques da honraria foi o reconhecimento à atuação das forças de segurança na apreensão histórica de maconha ocorrida em 07 de abril deste ano, no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. Na ocasião, equipes policiais localizaram quase 50 toneladas da droga escondidas em um bunker improvisado no terraço de uma fábrica. O estoque foi

descoberto com o apoio fundamental dos cães farejadores do Batalhão de Ações com Cães (BAC).

Durante a solenidade, o presidente da Casa, vereador Claudio Thomaz, destacou a relevância do trabalho desempenhado pela corporação:

“Esses policiais dão a vida pela população. Essa apreensão histórica foi uma vitória muito grande e só mostra o quanto eles são importantes para a sociedade. A batalha contra o crime não é fácil, por isso, é nosso dever reconhecer, agradecer e homenagear todos eles”, afirmou Claudio Thomaz.

DEDICAÇÃO

O comandante do Batalhão de Ações com Cães, Tenente-coronel Luciano Pedro, ressaltou que o sucesso das operações é fruto do trabalho em equipe e da precisão no adestramento e condução dos cães farejadores.

“É uma ação que muito nos orgulha. Ainda não tínhamos feito uma apreensão tão grande como esta... Isto é sinal de um trabalho sério

que realizamos. Todos os dias arriscamos as nossas vidas e saímos de nossas casas focados na missão de defender a sociedade e cada vitória, como essa, tem que ser festejada”, ressaltou o comandante do BAC.

VALORIZAÇÃO

Após os discursos de abertura, o entregador das honrarias, vereador Claudio Thomaz, ao lado do vereador Vitinho Grandão, realizou a entrega oficial das moções e títulos aos homenageados.

Ao parabenizar a iniciativa do Legislativo caxiense, o vereador Vitinho Grandão reforçou o papel da Casa do Povo em enaltecer os agentes públicos de segurança:

“Estamos na Casa do povo, realizando esta homenagem tão bonita. Ver o Legislativo fazer este reconhecimento é muito gratificante, pois os policiais dão a vida, todos os dias, para nos proteger. Parabenizo o meu presidente Claudio Thomaz e toda Casa por este evento. De fato, os nossos policiais são muito merecedores”, concluiu o parlamentar.

Vereadores elegem a nova Mesa Diretora

Com 26 votos favoráveis e três ausências foi eleita, em 01/10, a Mesa Diretora da Câmara de Duque de Caxias para o biênio 2027/2028 da 20ª Legislatura. A sessão foi presidida por Claudio Thomaz (PRD) e secretariada pela vereadora Delza de Oliveira (MDB).

O presidente solicitou ao procurador-geral da Câmara a apresentação das informações sobre o registro das chapas realizado no Setor de Protocolo. Constatou-se que havia apenas uma chapa registrada, sendo assim composta: presidente: Claudio de Oliveira Thomaz (Claudio Thomaz/PRD); 1º vice-presidente: Divair Alves de Oliveira Junior (Junior Reis/MDB); 2º vice-presidente: Marcelo Cardoso Rodrigues (Catiti/PDT); 1ª secretária: Delza Oliveira Sant’Anna de Almeida (Delza de Oliveira/MDB) e 2º secretário: Victor Hugo Leonel da Silva (Vitinho Grandão/PL), sendo este vereador a única mudança em relação a atual composição da mesa.

A 1ª secretária, Delza de Oliveira, fez a chamada nominal dos vereadores



Art Video/Victor Hugo

dores para que proferissem os seus votos. Após a votação, o presidente Claudio Thomaz declarou eleita a chapa única para compor a Mesa Diretora para o biênio 2027/2028 que, em 1º de janeiro, assumirá automaticamente os trabalhos da Casa.

Reeleito, o presidente fez um breve discurso. “Recebo esta reeleição para o biênio 2027/2028 não como uma conquista pessoal, mas como a confiança renovada dos meus colegas vereadores. Sempre digo: ninguém chega a lugar nenhum sozi-

nho”, disse ele.

Dando sequência a sua fala, Claudio Thomaz destacou as ações dos dois anos à frente do Legislativo Duquecaxiense. “Procuramos trabalhar com diálogo, responsabilidade e respeito às diferenças que têm nesta Casa. E é assim que vamos continuar trabalhando. A partir de hoje, não existe nesta Casa grupo A ou grupo B, existe uma única Câmara de Vereadores: a Câmara Municipal de Duque de Caxias”, ressaltou o presidente.



Ciência e estética
Ana Clara Cunha

Inflammaging

A inflamação que pode estar por trás do envelhecimento

Envelhecer é um processo natural. No entanto, muitos antes de rugas, linhas de expressão e alterações na firmeza da pele se tornarem evidentes, o organismo já pode estar passando por mudanças em nível celular. Entre os fenômenos que vêm despertando o interesse da comunidade científica está o inflammaging, termo que combina as palavras em inglês: inflammation (inflamação) e aging (envelhecimento).

O conceito descreve um estado de inflamação crônica, sistêmica e de baixo grau associado ao envelhecimento, que pode ocorrer mesmo na ausência de uma infecção evidente. Diferentemente da inflamação aguda, que costuma ser uma resposta protetora diante de uma lesão ou de um agente infeccioso, esse processo pode persistir por períodos prolongados e se relacionar a alterações na regulação do sistema imunológico.

Mas o que sustenta essa inflamação silenciosa? Com o avanço da idade, células e tecidos acumulam danos e passam por mudanças que afetam seu funcionamento. Algumas células entram em senescência celular: deixam de se dividir, mas permanecem metabolicamente ativas, podendo liberar substâncias inflamatórias. Esse conjunto de secreções, conhecido como fenótipo secretor associado à senescência, contribui para modificar o ambiente ao redor das células e pode favorecer a manutenção da inflamação. Forma-se, assim, um ciclo complexo no qual o envelhecimento celular e os sinais inflamatórios podem reforçar um ao outro.

O fenômeno também se relaciona à imunossenescência, processo caracterizado por alterações progressivas na resposta imunológica ao longo da vida. Embora estejam conectados, os dois conceitos não são sinônimos: enquanto a imunossenescência envolve mudanças no funcionamento das defesas do organismo, o inflammaging se refere ao estado inflamatório persistente associado ao envelhecimento.

Na pele, essa discussão ganha importância especial. O maior órgão do corpo humano funciona como uma barreira de proteção contra agentes externos e depende da integridade de suas células, de sua capacidade de reparação e do equilíbrio de seu microambiente. Com o envelhecimento, alterações na barreira cutânea podem favorecer a perda de água e tornar a pele mais suscetível a agressões. A exposição à radiação ultravioleta, a poluição e o tabagismo também contribuem para danos cutâneos e podem intensificar processos inflamatórios locais.

É importante, porém, não atribuir todas as mudanças da pele ao inflammaging. O envelhecimento cutâneo é multifatorial, envolvendo fatores genéticos, hormonais, ambientais e comportamentais. Além disso, embora pesquisas recentes apontem possíveis conexões entre alterações da barreira cutânea e inflamação associada à idade, muitos mecanismos ainda estão sendo investigados.

Diante desse cenário, a Estética pode contribuir para o cuidado com a pele por meio de estratégias fundamentadas em evidências, com atenção à integridade da barreira cutânea, à fotoproteção e à escolha individualizada de procedimentos. Isso não significa, entretanto, que tratamentos estéticos comprovadamente interrompam o inflammaging sistêmico ou revertam o envelhecimento biológico. É fundamental distinguir os benefícios demonstrados para a pele das hipóteses que ainda dependem de estudos.

Embora ainda não exista um exame isolado capaz de definir, de maneira universal, o inflammaging de uma pessoa, o futuro dessa área está na integração entre ciência básica, pesquisa clínica e práticas de cuidado individualizadas. Compreender como a inflamação se relaciona ao envelhecimento poderá ajudar a identificar mecanismos de risco e a desenvolver intervenções mais precisas. Até lá, hábitos como não fumar, manter uma alimentação equilibrada, praticar atividade física regularmente e proteger a pele da radiação solar são medidas importantes para a saúde geral e cutânea; sem a promessa de eliminar completamente os processos biológicos do envelhecimento.

Envelhecer não é uma doença a ser combatida, mas um processo a ser compreendido. E, quando a ciência investiga aquilo que acontece antes de as mudanças aparecerem no espelho, abre caminho para um cuidado que valoriza não apenas a aparência, mas também a saúde ao longo da vida.

Biomédica com habilitação em Análises Clínicas e experiência em rotina laboratorial hospitalar;
Pós-graduando em Estética.
CRBM: 10956



anaclarauncunha@gmail.com



mais artigos

Alerj aprova projeto que cria o Programa Jovem Doador nas escolas

Iniciativa, de autoria do deputado Marcelo Dino, visa conscientizar alunos a partir de 16 anos para reforçar os estoques do Hemorio; texto segue para sanção ou veto do Governo do Estado.



Octacílio Barbosa/Alerj

As escolas estaduais do Rio de Janeiro poderão contar com o Programa Jovem Doador para ampliar a quantidade de jovens doadores a partir dos 16 anos. É o que propõe o Projeto de Lei 4.066/21, de autoria do deputado Marcelo Dino (PL), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em segunda discussão, nesta terça-feira (13/10). A proposta também é voltada ao incentivo da doação de sangue e ampliação do estoque do Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti (Hemorio), em parceria com a Secretaria do Estado de Educação (Seeduc). O texto seguirá para o Governo do Estado, que terá o prazo de até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta.

EXPERIÊNCIA PESSOAL

Autor do projeto, o deputado Marcelo Dino relatou em plenário o momento em que seu filho foi diagnosticado com uma doença rara e

o hospital comunicou a necessidade de doadores. “Eles falaram que meu filho já tinha usado 20 bolsas de sangue. Eu sou doador desde os 18 anos, mas, quando meu filho precisou, outras pessoas doaram. Isso mostra para as pessoas que acham que nunca vão precisar. Esse projeto é essencial para que jovens comecem a doar sangue desde cedo”, conta o parlamentar.

O programa ocorrerá anualmente, na última semana de maio, e contará com palestras, seminários, cartazes educativos e conteúdos nas redes sociais para conscientizar e motivar os alunos a aderir à iniciativa. Seeduc e Hemorio ficarão responsáveis pelo planejamento e pela execução das ações nas unidades de ensino. Para doar, os estudantes precisarão apresentar autorização assinada pelos responsáveis, passar por triagem clínica e pesar no mínimo 50 kg. Adolescentes abaixo desse peso deverão passar por avaliação médica e a coleta só poderá ser feita se o volume de anticoagulante na bolsa for

proporcional à quantidade de sangue retirada.

Os jovens também terão de informar eventual perda de peso explicada superior a 10% do peso corporal nos três meses anteriores à doação. O termo de autorização ficará disponível nos sites da Seeduc e do Hemorio, e as informações fornecidas durante o processo deverão ser mantidas em sigilo.

PANORAMA NO BRASIL

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), apenas 1,7% da população brasileira doa sangue, enquanto o índice recomendado pela entidade varia de 3% a 5%. Para ampliar o número de doadores e garantir o nível mínimo necessário ao atendimento da demanda nos hemocentros, o Ministério da Saúde reduziu de 18 para 16 anos a idade mínima para doação, com autorização dos responsáveis, e elevou de 67 para 69 anos a idade máxima.

Douglas Ruas anuncia Fernanda Louback na Secretaria da Mulher e Maria Gabriela na transição

Vice-governadora eleita assumirá a pasta de Inclusão e da Mulher; socióloga e ex-secretária liderará a equipe de transição do novo governo do Estado

O governador eleito Douglas Ruas (PL) anunciou, na terça-feira (13/10), o primeiro nome que comporá o primeiro escalão do seu secretariado. A vice-governadora eleita, Fernanda Louback, assumirá a chefia da Secretaria de Estado da Inclusão e da Mulher.

Além do anúncio no secretariado, Ruas também confirmou a gestora pública e socióloga Maria Gabriela Bessa para coordenar a equipe de transição do governo estadual.

A criação da nova pasta faz parte da estratégia de gestão do novo governo para tratar a inclusão social

e os direitos das mulheres como temas transversais em toda a administração pública fluminense.

Fernanda Louback é empreendedora, mãe de duas meninas autistas e atuou como vereadora em Niterói, onde manteve pauta voltada às pessoas com deficiência e famílias atípicas.

Segundo o governador eleito, a pauta não ficará restrita a apenas um setor da administração pública:

— Vamos construir um governo em que a inclusão e os direitos das mulheres estejam presentes em todas as áreas, da saúde à educação, da segurança à geração

de emprego e renda. A secretaria terá um papel estratégico na criação dessas políticas, garantindo que essas pautas não fiquem restritas a uma única pasta, mas sejam consideradas em todas as decisões do governo. Fernanda tem experiência e conhece de perto as demandas das famílias — afirmou Douglas Ruas.

COMANDO TÉCNICO

Para chefiar os trabalhos de transição entre a atual gestão e o próximo governo, Ruas definiu o nome da socióloga e gestora pública Maria Gabriela Bessa.

Especialista em Política e Planejamento Urbano, Maria Gabriela sucedeu o próprio Douglas Ruas no comando da Secretaria de Estado das Cidades. Sua função será estruturar o fluxo de dados e coordenar os diagnósticos necessários para o planejamento inicial do mandato.

— Maria Gabriela reúne experiência na gestão pública e conhecimento técnico fundamentais para conduzir esse trabalho. A transição será uma etapa importante para organizar prioridades e preparar as ações que queremos implementar — afirmou o governador eleito.



Direito do Cidadão
Gilmar Rodrigues do Nascimento

A Caixa-Preta das Repartições

O Que Fazer Quando o Seu Processo Administrativo "Desaparece"

A sua empresa cumpre o cronograma, emite a documentação correspondente, protocola a medição ou o pleito de pagamento e aguarda a tramitação regular. Passadas algumas semanas, ao enviar a equipe para verificar o andamento, a resposta obtida no balcão da repartição é desconcertante: "o processo físico não foi localizado", "está sob análise interna e não pode ser consultado" ou "o sistema travou e ninguém sabe onde os autos pararam". A sensação de impotência diante da desorganização ou da opacidade institucional é imediata.

Diante desse cenário, muitas empresas cometem o erro de retornar para a sede e esperar pacientemente que o órgão "encontre" a papelada. O que a sua diretoria não pode perder de vista é que, no setor público, **processo sem localização conhecida é processo sem previsão de pagamento**. A inércia burocrática e a falta de transparência não são meros transtornos operacionais: são ameaças diretas à previsibilidade financeira da contratada. Sob os ditames da Constituição Federal, da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e da Lei de Acesso à Informação, o processo administrativo em contratos públicos não admite obscuridade. Para romper a cortina de fumaça e recuperar o controle sobre seus requerimentos, a sua governança precisa aplicar três preceitos jurídicos indispensáveis:

1. O Falso "Sigilo" e o Direito Inalienável de Vista dos Autos

Nas contratações públicas, a regra soberana é a publicidade; o sigilo é exceção constitucional restritíssima (ligada à segurança da sociedade ou do Estado).

Portanto, a alegação corriqueira de que o processo está "em despacho reservado" ou que a empresa contratada "não pode ter acesso às notas técnicas e pareceres internos" é flagrantemente ilegal. O particular é parte diretamente interessada e detém o direito inalienável de ter vista imediata dos autos, extrair cópias, consultar despachos do fiscal e conhecer cada movimentação. Negar acesso ao processo administrativo viola as garantias do contraditório e da ampla defesa.

2. Rastreabilidade Obrigatória: Acabando com o "Processo Extraviado"

Com o avanço dos sistemas eletrônicos e das normas de gestão documental, a Administração Pública tem o dever de manter a rastreabilidade absoluta de cada protocolo. Um processo administrativo não tem autonomia para "desaparecer".

Quando a repartição alega extravio ou bloqueia a localização do expediente, a resposta corporativa não deve ser o conformismo. O instrumento correto é o protocolo de um **Requerimento Formal de Localização e Informação de Andamento**, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A solicitação formal impõe ao setor de protocolo e à autoridade responsável o dever funcional de certificar onde os autos se encontram e quem responde pela sua guarda, encerrando as justificativas informais de balcão.

3. As Vias de Desburocratização: Da Ouvidoria ao Remédio Constitucional

Quando os canais ordinários falham e a gestão interna do órgão insiste na inércia, a saída técnica não é o atrito pessoal com o servidor, mas a utilização de instrumentos formais de cobrança:

Certidão de Andamento e Provocação do Controle Interno: Exigir formalmente a expedição de certidão circunstanciada sobre o paradeiro e a fase do processo, acionando a Ouvidoria e a Controladoria-Geral do órgão.

Representação aos Órgãos Externos: Se houver recusa injustificada em dar andamento ou vista aos autos, o Ministério Público e o respectivo Tribunal de Contas podem ser acionados para apurar irregularidades administrativas e violação à transparência pública.

Mandado de Segurança: A recusa ou a omissão em fornecer acesso aos autos ou em dar andamento a processo de liquidação de despesa viola direito líquido e certo, autorizando medida judicial célere para compelir a autoridade coatora a apresentar os autos e emitir a decisão devida.

Transparência pública é dever legal, não cortesia

A desordem administrativa e a falta de clareza interna não podem ser transferidas como custo ou prejuízo para quem prestou o serviço e honrou o contrato com a sociedade.

Empresas estruturadas não aceitam a informalidade do "sumiço" de documentos como justificativa para o resguardo de seus direitos. No ecossistema dos contratos públicos, o domínio das ferramentas de transparência e o rigor na cobrança documental são a chave para transformar a desordem burocrática em previsibilidade, segurança jurídica e faturamento garantido.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com
Insta@GN_SOCIEDADE



mais artigos

Maricá avança na formação gratuita de pilotos e mecânicos de aeronaves

SAFE foi a primeira escola a apresentar documentação para participar do Voar é Para Todos, que prevê até 70 bolsas integrais



Hanna Velasco/Maricá

A Prefeitura de Maricá recebeu, na quinta-feira (8/10), a documentação da SAFE Escola de Aviação, primeira instituição a apresentar pedido de credenciamento para o programa Voar é Para Todos. A iniciativa prepara a oferta de cursos gratuitos para formação de pilotos e mecânicos de aeronaves, aproximando a qualificação profissional das oportunidades que a cidade busca desenvolver no setor aeronáutico.

Desenvolvido pela Secretaria de Educação em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), o programa segue com credenciamento aberto para instituições interessadas. No primeiro ciclo, estão previstas até 70 bolsas integrais: 20 para pilotos comerciais e 50 para mecânicos de manutenção aeronáutica.

O secretário executivo de Gestão de Governo, Honorato Fernandes, recebeu a documentação e destacou que os investimentos realizados na cidade também devem ampliar as oportunidades profissionais para os moradores.

“A nossa juventude tem o direito de ter profissões cada vez mais qualificadas. Com o Voar é Para Todos,

queremos formar aqui em Maricá os pilotos e as equipes de manutenção para atuar no setor aeronáutico. É abrir esse caminho para os moradores da própria cidade”, afirmou.

Nesta etapa, as instituições interessadas apresentam os documentos para análise. A seleção dos alunos será realizada posteriormente, por meio de edital próprio.

A entrega contou com representantes da SAFE, que levaram uma aeronave de sua frota ao Aeroporto de Maricá. Estudantes de Ciências Aeronáuticas puderam conhecer de perto o equipamento e acompanhar a apresentação da instituição.

FORMAÇÃO E OPORTUNIDADES

O custo dos cursos, das horas de treinamento e das certificações é uma barreira para quem deseja trabalhar na aviação. A proposta do Voar é Para Todos é ampliar o acesso a essa formação e preparar moradores para buscar oportunidades em empresas aéreas, aeroportos, oficinas de manutenção e na indústria aeronáutica.

O diretor de Assuntos Aeroviários da Codemar, Rogério Benevides, explicou a escolha das duas formações

e a relação com o desenvolvimento da cidade.

“Identificamos na formação de pilotos e mecânicos uma oportunidade de qualificar jovens que concluíram o ensino médio. São carreiras que, em curto e médio prazo, podem abrir novas perspectivas profissionais e melhorar as condições de vida dessas pessoas e de suas famílias. A proposta é oferecer a formação de piloto privado e comercial, com habilitações para voo por instrumentos e para aviões multimotores. Queremos preparar os moradores para terem condições de trabalhar no setor e construir sua trajetória profissional”, pontuou.

O CEO da SAFE, José Souza Ramos Junior, destacou os preparativos para instalar a escola em Maricá e iniciar os cursos pela formação teórica. A instituição ainda deverá cumprir as etapas de análise e habilitação previstas no edital antes de integrar oficialmente o programa.

“Já abrimos a nossa filial em Maricá e estamos encaminhando o processo na ANAC para trazer os aviões. A proposta é começar pela parte teórica, que será online, para dar início à formação quanto antes”, concluiu Ramos.



TECNOLOGIA

sem Mistério

Carlos Valente

Troque a senha do Wi-Fi em casa

Acesse o roteador, crie uma senha segura e proteja a rede

Trocar a senha do Wi-Fi é uma tarefa que, na maioria dos roteadores, pode ser feita em casa pelo celular ou computador. O processo começa pela identificação do endereço do equipamento, que costuma aparecer em uma etiqueta ou nas configurações da rede. Endereços comuns são 192.168.0.1 e 192.168.1.1. No celular, procure “Roteador” ou “Gateway” nos detalhes da conexão. No Windows, o comando ipconfig mostra o endereço ao lado de “Gateway Padrão”.

Com o aparelho conectado à rede, digite esse endereço no navegador e entre no painel administrativo. A senha usada para administrar o roteador pode ser diferente da senha do Wi-Fi. Se os dados não foram alterados, consulte a etiqueta ou o manual; em equipamentos fornecidos por uma operadora, o suporte pode informar o acesso.

No painel, procure as opções “Wi-Fi”, “Wireless” ou “Rede sem fio”. O campo SSID identifica o nome da rede, enquanto o campo de senha define a chave de acesso. É possível trocar apenas a senha ou também personalizar o nome, evitando incluir dados pessoais. Para a nova senha, escolha pelo menos 12 caracteres, combinando letras, números e símbolos, sem usar datas de nascimento, telefones ou sequências fáceis. Salve a configuração. Os aparelhos conectados podem cair da rede e precisar ser reconectados com a nova senha.

Roteadores com redes separadas de 2,4 GHz e 5 GHz podem exigir a alteração em cada frequência. Em outros modelos, as duas são reunidas sob um mesmo nome e senha. Para proteger melhor a rede, use WPA3 ou WPA2-AES quando disponível, mantenha o roteador atualizado e configure uma senha administrativa diferente da chave do Wi-Fi. Uma rede para visitantes também ajuda a preservar a senha principal.

Se algum celular, computador ou televisão não conectar depois da mudança, apague a rede antiga das configurações do aparelho e conecte-se novamente, conferindo a senha e a compatibilidade com o padrão de segurança escolhido. Evite restaurar o roteador para os padrões de fábrica: isso pode apagar ajustes importantes, especialmente em equipamentos de operadoras.

Com acesso ao painel e alguns minutos, é possível atualizar a senha e reduzir o risco de conexões não autorizadas. Se não conseguir entrar no equipamento ou tiver dúvidas sobre opções avançadas, procure orientação antes de alterá-las.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



Valente Soluções

contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

Brasil abriu 700 mercados para agropecuária desde 2023

Acordo Mercosul-União Europeia aumentou exportações em mais de 30%

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia impulsionou em 30,7% as exportações brasileiras para o bloco europeu entre maio e setembro de este ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O dado foi divulgado nesta terça-feira (13) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. Além deste dado, o Brasil abriu 700 mercados internacionais para produtos agropecuários desde 2023.

No acumulado de janeiro a setembro, as exportações brasileiras para a UE somaram US\$ 44,17 bilhões, um crescimento de 20% em relação aos nove primeiros meses de 2025.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também destacou os resultados do acordo e confirmou que o comércio bilateral entre os países do Mercosul e da União Europeia aumentou mais de US\$ 6 bilhões desde a entrada em vigor do tratado.

O acordo entrou em vigor provisoriamente em

1º de maio, após quase 27 anos de negociações entre os dois blocos.

EXPANSÃO

Durante o evento, Elias Rosa afirmou que o crescimento das exportações brasileiras não se restringe ao agronegócio. Segundo o ministro, o comércio exterior do país avançou, em média, 10,5%.

O ministro também destacou a ampliação das relações comerciais do Brasil com diferentes mercados. Ao comentar as relações

com os Estados Unidos, Elias Rosa classificou o momento como “delicado”, mas defendeu a continuidade das negociações diplomáticas.

NOVOS MERCADOS

O anúncio dos resultados comerciais ocorreu durante cerimônia no Ministério da Agricultura e Pecuária que celebrou a abertura de 700 novos mercados internacionais para produtos agropecuários brasileiros desde o início de 2023. As aberturas ocorreram em 99 destinos.

O ministro da Agricultura, André de Paula, destacou o desempenho do agronegócio e as perspectivas para a produção nacional.

“Planejamos chegar a 29% do PIB agropecuário neste ano. A safra 2026/27 deve ter 366 milhões de toneladas”, acrescentou.

META

Segundo estimativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o país exportou US\$ 5,8 bilhões para os novos

mercados abertos desde 2023. A projeção da agência é que as vendas para esses destinos alcancem US\$ 80 bilhões nos próximos quatro anos.

André de Paula também afirmou que o Brasil pretende encerrar o ano como o maior exportador mundial de alimentos.

“Exportamos US\$ 169 bilhões no acumulado do ano, US\$ 2 bilhões abaixo dos Estados Unidos, mas terminaremos o ano como maior exportador de alimentos”, declarou. (Agência Brasil)

Após retotalização dos votos, Douglas Ruas tem 50,88% dos votos no RJ

A sessão de anúncio de Douglas Ruas como governador será em 15 de outubro, às 15h no TRE-RJ



O candidato a governador do Rio de Janeiro Douglas Ruas (PL) ficou com 50,88% dos votos do primeiro turno das eleições, após retotalização feita pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) no sábado (10). O número ultrapassa os 50% dos votos necessários para a eleição do chefe do Executivo em primeiro turno.

“O candidato mais votado para o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro foi o candidato Douglas Ruas, alcançando mais da metade dos votos válidos, o suficiente para vencer no primeiro turno das eleições”, indicou o desembargador Cláudio Mello Tavares, presidente do TRE-RJ.

Em segundo lugar, ficou Eduardo Paes (PSD), com 44,16 % dos votos. O cálculo foi feito após decisão da Justiça Eleitoral ter determinado inválidos os 274.411 votos obtidos pelo candidato Anthony Garotinho (Republicanos), que teve 3,71%.

PRAZO

Antes de anunciar o resultado, Tavares informou que, com a retotalização, haverá um prazo de três

dias para que o resultado seja divulgado. Depois desse prazo, haverá dois dias para a apresentação de eventuais recursos. Após este período cumprido, será marcada sessão plenária da Corte para análise e julgamento de eventuais contestações.

O desembargador do TRE-RJ anunciou que superada as etapas recursais, a sessão de anúncio de Douglas Ruas como governador será em 15 de outubro, às 15h no TRE-RJ.

Segundo colocado, Eduardo Paes adiantou que desistiu da candidatura. O candidato disse em nota nesta sexta-feira (9), que embora a maioria dos eleitores fluminenses tenha votado para que a eleição para governador do Rio de Janeiro fosse resolvida em segundo turno, a decisão da Justiça deve ser respeitada.

MESMOS VOTOS

O presidente do TRE-RJ afirmou que os votos são os mesmos que foram dados no resultado do primeiro turno. “Não há voto novo. Os votos são exatamente os mesmos que os fluminenses depositaram nas urnas no dia 4 de outubro. O que

muda é a base de cálculo”, apontou.

O desembargador informou que os preparativos e a propaganda eleitoral para segundo turno ao cargo de governador do Rio permanecem suspensos enquanto o plenário do Tribunal não proclamar o nome de Douglas Ruas, o que só pode ocorrer após o prazo de análise de eventuais recursos.

ENTENDA

A retotalização dos votos para governador do Rio de Janeiro foi necessária após o TSE declarar nulos os 274.411 votos recebidos por Anthony Garotinho no primeiro turno das eleições. Com a exclusão desses votos do total de válidos, a Justiça Eleitoral precisou recalcular os percentuais obtidos pelos candidatos.

Garotinho concorreu sub judice, ou seja, com a situação eleitoral ainda pendente de decisão judicial. O TRE-RJ havia considerado o candidato inelegível em razão de uma condenação por improbidade administrativa. Enquanto recorria da decisão, ele obteve o direito de disputar a eleição e aparecer

nas urnas.

Na sexta-feira (2), antes da votação, o ministro Flóridio de Azevedo Marques, relator do caso no TSE, decidiu que os votos recebidos por Garotinho deveriam ser registrados como anulados sub judice. No domingo, dia da eleição, porém, o ministro Nunes Marques determinou que esses votos fossem contabilizados como válidos até o julgamento do recurso.

No dia seguinte à votação, Garotinho desistiu do recurso. O TSE, contudo, rejeitou a desistência e julgou o caso na quinta-feira (8), declarando nulos os votos recebidos pelo candidato.

Com a anulação, os percentuais dos demais candidatos foram recalculados com base no novo total de votos válidos. Douglas Ruas (PL), que havia recebido 4.271.199 votos, correspondentes a 49,27% dos votos válidos antes da exclusão dos votos de Garotinho, passou a superar a marca de 50%, o que abre caminho para sua eleição no primeiro turno. Eduardo Paes (PSD) havia obtido 3.706.984 votos, equivalentes a 42,76% do total válido antes da retotalização. (Agência Brasil)

MP cria novas regras para bloquear chamadas abusivas e combater golpes telefônicos

Área de telecomunicação brasileira deverá seguir novas regras para identificar e bloquear chamadas e mensagens telefônicas com o objetivo de combater fraudes e reduzir o número de ligações abusivas.

Medida Provisória publicada nesta terça-feira (13) determina que as operadoras autentiquem as chamadas feitas em suas redes. As ligações que não passa-

rem por esse processo poderão ser bloqueadas antes de chegar ao destinatário, conforme regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Outra novidade é a identificação de chamadas feitas por empresas. Nesses casos, o usuário poderá visualizar o nome empresarial e, quando houver, o logotipo da organização responsável pela ligação.

ANATEL

Para viabilizar o sistema, a medida cria uma base nacional de dados de recursos de numeração, sob supervisão da Anatel, com informações sobre titulares de números telefônicos e empresas.

A norma também prevê medidas contra o uso abusivo da telefonia. Usuários que fizerem grande

volume de chamadas com características consideradas suspeitas poderão ter bloqueada, por 15 dias, a capacidade de originar ligações.

A Anatel terá 60 dias para regulamentar as novas regras. O descumprimento das determinações poderá resultar na aplicação das sanções previstas na Lei Geral de Telecomunicações. (Agência Brasil)

Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907

Rio de Janeiro ganha três novas praias com selo Bandeira Azul

Com a segunda maior rede do país, o estado chega a 20 destinos certificados, sendo oito praias e uma marina localizadas em unidades de conservação administradas pelo Inea



Mariana Prado/SEE/GOV RJ

O Estado do Rio de Janeiro conquistou novo destaque na certificação ambiental internacional do Programa Bandeira Azul. Na temporada atual, o território fluminense passa a contar com 20 destinos aprovados – sendo 19 praias e uma marina –, consolidando a segunda maior rede do país. Entre as principais novidades estão três novas praias certificadas: a Praia das Caravelas (foto), em Armação dos Búzios; a Praia do Pontal, em Arraial do Cabo; e a Praia do Gravatá, em Saquarema.

O destaque da nova certificação é a Praia das Caravelas, situada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pau-Brasil, unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Com a inclusão, a APA passa a abrigar três praias com a certificação internacional, juntando-se às praias de Tucuns, em Búzios, e do Però, em Cabo Frio. Pequena, de mar aberto e águas claras, a Praia das Caravelas tem extensão de 141 metros e conta com opções de caminhadas ecológicas.

A presença de praias certificadas no interior de áreas de proteção ambiental reforça a integração entre conservação da natureza, uso sustentável do território e desenvolvimento das atividades econômicas e turísticas. Essa relação está associada à própria finalidade das APAs, que buscam compatibilizar a proteção dos recursos naturais com a ocupação e o uso sustentável desses espaços.

O novo destino se soma à lista de oito praias e uma marina localizadas em espaços protegidos pelos órgãos ambientais estaduais. As praias do litoral fluminense são monitoradas sistematicamente pelo Inea para avaliação das condições de balneabilidade. Os resultados são divulgados regularmente por meio dos Boletins

de Balneabilidade das Praias, que informam à população as condições dos locais para banho. Atualmente, são monitorados 291 pontos de amostragem em 201 praias, abrangendo 22 municípios.

A qualidade da água é apenas um dos aspectos considerados pelo Programa Bandeira Azul. Criado pela Foundation for Environmental Education (FEE), o selo reconhece praias, marinas e outros destinos que atendem a um conjunto de critérios relacionados à qualidade da água, gestão ambiental, educação e informação ambiental, segurança, serviços e práticas voltadas à sustentabi-

lidade. A iniciativa contribui, assim, para estimular uma gestão integrada dos ambientes costeiros, associando conservação ambiental, uso público qualificado, turismo sustentável e valorização dos territórios.

Ao todo, o Brasil teve 63 praias e 12 marinas aprovadas, distribuídas por sete estados. O resultado representa um avanço de 25% em relação à temporada anterior, ampliando a presença da metodologia de gestão ambiental no litoral brasileiro. O estado de Santa Catarina lidera o ranking nacional com 38 destinos – 33 praias e cinco marinas –, seguido pelo Rio de Janeiro.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM DESTAQUE

A presença expressiva de locais certificados em unidades de conservação evidencia a importância dessas áreas para a proteção do patrimônio natural fluminense e para a promoção de formas sustentáveis de uso do território. Além da conservação dos ecossistemas, a certificação incentiva ações de educação ambiental, ordenamento do uso público, melhoria da gestão e valorização do turismo associado aos atributos naturais dessas regiões.

Das 20 certificações no Rio de Janeiro, oito praias e uma marina estão inseridas em áreas protegidas administradas pelo Inea no estado, além do Iate Clube de Santos, em São Paulo, que se insere parcialmente na Área de Proteção Ambiental Estadual de Tamoios. Confira os locais certificados situados em áreas protegidas pelo estado no Rio de Janeiro:

- Praia das Caravelas (Búzios)** – Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil
- Praia de Tucuns (Búzios)** – Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil e Parque Estadual da Costa do Sol
- Praia do Però (Cabo Frio)** – Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil
- Praia do Forno (Búzios)** – Parque Estadual da Costa do Sol
- Praia Lagunar de Caiçara (Arraial do Cabo)** – Área de Proteção Ambiental Estadual de Massambaba e Parque Estadual da Costa do Sol
- Praia de Ubás (Iguaba Grande)** – Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba
- Praia das Pedras de Sapiatiba (São Pedro da Aldeia)** – Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba
- Praia do Sossego (Niterói)** – Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
- Marina Costabella (Angra dos Reis)** – Área de Proteção Ambiental Estadual de Tamoios

Em 1º discurso como governador eleito, Douglas Ruas defende união entre os Poderes

Presidente da Alerj afirma que manterá diálogo aberto com parlamentares de todas as correntes políticas e promete foco total no equilíbrio fiscal do Estado do Rio

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL), discursou em plenário, nesta terça-feira (13/10), pela primeira vez como governador eleito do estado. Em sua fala, o parlamentar defendeu a união entre os Poderes e o diálogo com os deputados a partir da próxima legislatura.

Durante o discurso, Ruas destacou que manterá as portas abertas para todos os parlamentares, independentemente de seus posicionamentos políticos. O deputado afirmou que pretende seguir à frente do Executivo estadual, com a mesma postura adotada durante sua gestão na presidência do Legislativo.

“Todos que aqui estão têm algo em comum: querer o bem do Estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é ter um Rio melhor, mais seguro e com uma educação melhor. Espero que possamos ter quatro anos de boa convivência, deixando o espectro político apenas no campo das ideias”, declarou Ruas.

Douglas Ruas também destacou, durante o pronunciamento, a intensa agenda legislativa prevista para os últimos meses do ano, com a análise de propostas consideradas estratégicas para as finanças estaduais, e disse que seguirá trabalhando como presidente da Casa até o dia 5 de janeiro, quando terá de renunciar ao mandato de deputado para assumir a chefia do Executivo fluminense, no dia 6.

“Teremos um final de

ano de muito trabalho aqui na Casa. Na próxima semana, traremos à pauta as mensagens do Executivo sobre o devedor contumaz e a transação tributária, medidas importantes para o futuro do Estado. Estamos fazendo um esforço máximo para aprimorar os textos, pensando no melhor para as finanças do Rio de Janeiro. Depois, teremos a apreciação da Lei Orçamentária Anual de 2027”, afirma o governador eleito.

CONTAS PÚBLICAS

Em relação ao orçamento de 2027, Ruas destacou a necessidade de uma análise criteriosa diante da previsão de déficit superior a R\$ 13 bilhões. Ele defendeu que os parlamentares recuperem informações sobre a evolução das contas públicas nos últimos cinco anos e aproveitem os estudos realizados pela Comissão Especial da Alerj de Contenção de Gastos.

“Esta Casa tem que cumprir o seu papel de se debruçar e trabalhar muito, junto à Comissão de Orçamento, para que a gente possa olhar com muita precisão, buscar a memória dos últimos cinco anos e voltar ao último ano em que tivemos um orçamento equilibrado, quando as despesas cabiam dentro da receita”, afirma.

Ruas encerrou o pronunciamento reforçando a importância da colaboração entre os parlamentares para a construção de medidas que contribuam para o equilíbrio fiscal e atendam às necessidades da população fluminense.

Octacílio Barbosa/Alerj



Maricá é finalista de prêmio nacional com sistema de bicicletas públicas

A Prefeitura de Maricá foi selecionada como finalista do Prêmio Parque da Mobilidade Urbana 2026 com o sistema de bicicletas públicas compartilhadas, operado pela Empresa Pública de Transportes (EPT). A iniciativa concorre na categoria Iniciativas em Favor da Mobilidade Ativa. A premiação reconhece projetos públicos, privados e profissionais que contribuem para uma mobilidade mais sustentável, se-

gura e inclusiva em todo o país.

Atualmente, o município conta com 680 bicicletas, sendo 580 adultas e 100 infantis, além de mais de 211 mil usuários cadastrados no aplicativo oficial. Maricá também possui 88 km de malha cicloviária para apoiar os deslocamentos e o lazer da população.

“Isso mostra como a mobilidade ativa e acessível transforma não apenas a qua-

lidade de vida das pessoas, mas também a maneira como elas ocupam, vivenciam e se relacionam com a cidade. Os números de pessoas cadastradas evidenciam a adesão da população ao modelo, seja como alternativa de deslocamento no dia a dia, seja como opção de lazer. A inclusão das bicicletas infantis foi outro passo fundamental para ampliar essa transformação, aproximando as crianças da cul-

tura da mobilidade ativa desde cedo. Só em 2025, foram mais de 24 mil utilizações das mini vermelhinhas”, ressaltou o presidente da EPT, Celso Haddad.

A cerimônia de premiação será realizada no dia 18 de novembro, na Expo Center Norte, na cidade de São Paulo.

O acesso ao sistema é gratuito pelo aplicativo “Vermelhinhas EPT”, disponível para Android e iOS.